

Jorge Costa Pereira; 26.10.2006
O sucesso educativo nos Açores

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

Tenho aqui levantado por várias vezes uma preocupação legítima e fundamentada relativamente ao problema do insucesso escolar nos Açores, quer pelo que ele representa em si, quer pela sua comparação com os valores nacionais.

E, tendo em conta a referencia espacial compreendida entre os anos lectivos 1994-1995 e 2003-2004, que era o último ano com estatísticas oficiais conhecidas, e considerando ainda que o horizonte temporal de uma década é estatisticamente significativo, aqui deixei registada a preocupação com as elevadas taxas de retenção nos Açores, por um lado superiores em todos os anos de escolaridade ao resto do País e, por outro, elas próprias mais elevadas do que eram há dez anos na Região.

Com efeito, se analisarmos as estatísticas da educação nos Açores naquele período, concluímos que apenas se verificavam melhorias estruturalmente significativas no 4.º ano de escolaridade (em que o insucesso diminuiu de 31,9% em 1994-1995 para 15,5% em 2003-2004). No 3.º ano (23,1% em 1994-1995 para 18,8% em 2003-2004) e no 11.º ano (21,5% para 19,1%) houve também melhorias no sucesso escolar, mas menos expressivas. Nos restantes anos de escolaridade, o insucesso aumentava nos Açores e essa era a tendência dominante.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

A recente publicação das estatísticas da educação relativas ao ano lectivo 2004-2005 e também o conhecimento que me foi facultado pelo Sr. Secretário Regional da Educação das estatísticas provisórias do ano 2005-2006, permitem concluir pela alteração significativa do quadro anteriormente traçado. Repentinamente nos Açores as taxas do insucesso escolar baixaram radical e abruptamente até ao 9.º ano de escolaridade.

Assim, no 2.º ano o insucesso baixou de 31,6% em 2003-2004 para 6,5%. No 3.º ano de escolaridade, baixou de 18,8% para 4,8%. No 4.º ano de escolaridade, o insucesso baixou de 15,5% para 6,5%. No 5.º ano diminuiu de 24,4% para 13,5%. No

6.º ano baixou de 23% para 9,9%. No 7.º ano reduziu de 33,6% para 20,3%. No 8.º ano diminuiu de 23,5% para 13,3%. No 9.º ano de escolaridade o insucesso baixou de 25,1% para 11,7%.

Ao verificar estes resultados, a primeira e natural reacção de quem se preocupa com o problema do insucesso escolar é de satisfação. Estaríamos finalmente a superar na Região um grave constrangimento e uma mácula profunda no nosso sistema educativo: os inexplicáveis valores do insucesso escolar.

O problema é que passámos repentinamente desses inexplicavelmente altos valores do insucesso escolar para o pólo oposto. Subitamente, passámos dos piores do país para os melhores de Portugal. E tudo isto sem que os números dos anos lectivos anteriores, as médias dos últimos anos e mesmo a sua tendência estatística apontassem nesse sentido. O que aconteceu, então, para que repentinamente, de um ano para outro, onde havia insucesso passasse a haver sucesso? Os alunos, de um ano para outro, ganharam assim tantas mais competências? Os professores melhoraram assim tanto o seu desempenho de um ano para outro?

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

É evidente que todos sabemos que mudanças desta natureza, a este nível e com esta profundidade, em circunstâncias normais, não acontecem nem repentinamente nem em todos os anos de escolaridade simultaneamente.

É evidente que, infelizmente para os nossos alunos, o que se está a passar nas escolas dos Açores é a promoção do sucesso pela via administrativa, criando-se condições para a mais fácil transição de ano, promovendo-se a falta de exigência no ensino e impondo o facilitismo exacerbado até ao 9.º ano de escolaridade.

A determinação para que os alunos de 9º ano na Região não realizem os exames nacionais de Português e de Matemática que, entre nós, foram substituídos pelas Provas de Avaliação Sumativa Externa (PASE), que não têm peso comparável aos exames nacionais na avaliação dos alunos.

A implementação dos chamados “Itinerários da Educação Básica nos Açores” que pretende instituir os princípios de ninguém ser retido nos anos intermédios de cada ciclo; de os alunos com dez anos de idade, mesmo que não saibam ler nem escrever, transitarem para escolas do segundo ciclo e de os alunos com doze anos de idade transitarem, mesmo que não tenham adquirido as competências mínimas, para uma escola do terceiro ciclo.

A exigência de uma burocracia irracional aos docentes para justificar os casos de todos os alunos que perderiam o ano, em que se juntam relatórios atrás de relatórios, culminando com um relatório dos relatórios

A prática de algumas escolas em que o órgão de gestão assumiu a competência de alterar decisões dos conselhos de turma ou do professor, fazendo transitar administrativamente alunos que haviam reprovado.

Todos estes são alguns exemplos e sinais preocupantes que apontam todos no mesmo sentido: promover o sucesso educativo pela via do facilitismo, limpando as estatísticas até ao 9.º ano de escolaridade e empurrando as dificuldades para o ensino secundário, aonde os alunos irão chegar cada vez menos preparados e menos capazes de enfrentar a crescente discrepância na exigência.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

É isto que queremos para a educação nos Açores?

É isto que queremos para os nossos filhos?

Ainda há dias, a Comunicação Social nacional ouviu professores, alunos, pais, membros dos órgãos executivos das escolas públicas e privadas mais bem posicionadas nos famosos rankings: o denominador comum das justificações que todos deram para os bons resultados conseguidos foi a exigência no processo ensino-aprendizagem, o trabalho dos alunos e o apoio dos docentes.

No mesmo sentido vêm opinando muitos pensadores e pedagogos. Ainda há dias, Manuel Ferreira Patrício, ex-Reitor da Universidade de Évora, considerava que a invenção do sucesso escolar administrativo forçou a aprovação de alunos impreparados e as consequências estão hoje à vista ao longo de todo o percurso escolar dos estudantes, incluindo o ensino superior, e na vida social em que se inserem.

O Governo Regional, legitimamente, perante um problema escolheu o seu caminho, escolheu uma solução.

Discordamos, porém, e também legitimamente, desse caminho e dessa solução. Entendemos que é dever do Estado e da Escola Pública proporcionar a escolaridade a todos os alunos. Mas, proporcioná-la em condições de igualdade e de justiça, não é oferecê-la. A escolaridade, como qualquer bem, para ser devidamente apreciada, tem de ser ganha, conquistada, adquirida, com o esforço e o trabalho de cada um. Não pode

bastar a um aluno frequentar a escola e o sistema dispor-se a conceder-lhe sucesso só por isso. Esta mentalidade e este espírito que se está a incutir no nosso sistema, conduzirá, já está a conduzir, a um facilitismo penalizador para a Escola e, sobretudo, para os alunos, que na sua vida profissional, social e pessoal não terão as facilidades excessivas e desresponsabilizadoras que a Escola lhes está a proporcionar.

Tenho dito.

Horta, 26 de Outubro de 2006

Jorge Costa Pereira
Deputado Regional